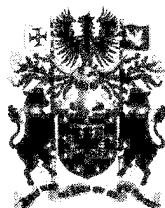


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

## RELATÓRIO E PARECER

---

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL -  
ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DO FUNDO DE  
COMPENSAÇÃO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA PESCA DOS  
AÇORES - FUNDOPESCA

ANGRA DO HEROÍSMO  
27 DE AGOSTO DE 2013

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2724 Proc. n.º 102
Data	013108130 N.º 1918



---

**TRABALHOS DA COMISSÃO**

---

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 27 de Agosto de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na cidade de Angra do Heroísmo e também por videoconferência com as Delegações de Ponta Delgada e Santa Maria, a fim de analisar e dar parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Estabelece o regime jurídico do fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca dos açores – FUNDOPESCA.

---

**1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

---

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi apresentada ao abrigo da alínea f) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos do artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciada nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.



---

2.º. CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

---

A iniciativa legislativa em análise visa – conforme dispõe o artigo 1.º –estabelecer o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores (FUNDOPESCA).

O Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca foi criado, a nível nacional, pelo Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de agosto.

Na Região Autónoma dos Açores, através do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio, procedeu-se à adaptação do regime criado pelo diploma acima identificado, nomeadamente, no que concerne às designações das entidades competentes e à designação do Fundo, o qual passou a denominar-se na Região como FUNDOPESCA.

Segundo a iniciativa ora em apreciação, “Volvidos mais de dez anos, verifica-se a necessidade de uma melhor definição do âmbito de aplicação pessoal e material do FUNDOPESCA, dos montantes a atribuir, da sua periodicidade, dos direitos e das obrigações dos contribuintes e beneficiários e ainda da composição, funcionamento e poderes do respetivo conselho administrativo.”

O diploma defende que “Com esta clarificação e previsibilidade do processo de seleção dos beneficiários e de ativação do FUNDOPESCA, os profissionais da pesca poderão conhecer, com maior segurança, as condições em que poderão beneficiar do fundo de compensação quando estejam temporariamente impedidos de exercer a respetiva atividade.”

Assim, em síntese, a apresente iniciativa visa “estabelecer um regime jurídico integralmente regional do FUNDOPESCA para os Açores, adequado à realidade atual da pesca açoriana e às reais necessidades dos profissionais deste setor.”

Por último, e como consequência do supra exposto, prevê-se (cf. artigo 16.º) a revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Comissão deliberou proceder à audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais, bem como solicitar pareceres (que se anexam a este Relatório) às seguintes entidades:

- Federação das Pescas dos Açores;
- CGTP-IN Açores;
- Sindicato Livre dos Pescadores e Afins dos Açores;
- UGT-Açores.

A Comissão recebeu os seguintes pareceres:

- CGTP-IN Açores;
- Sindicato Livre dos Pescadores e Afins dos Açores.

**Audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais, por videoconferência na Delegação de Ponta Delgada da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no dia 27 de agosto de 2013.**

Na apresentação da proposta de Decreto Legislativo Regional o Secretário Regional começou por afirmar que este diploma visava, sobretudo, criar melhor enquadramento dos beneficiários definindo os critérios para abranger os armadores e pescadores, incluindo pescadores licenciados para pesca apeada, apanhadores e trabalhadores em terra, todos em regime de exclusividade.

Ficam também definidos no diploma, prosseguiu o Governante, as condições de ativação, tais como as condições do estado do mar, devidamente comprovadas pelo Instituto da Atmosfera e do Mar, condições que originem falta de segurança no porto onde operam, interdição de pescar por razões excecionais de preservação de recursos, saúde pública ou defesa do ambiente ou impossibilidade do exercício da atividade devido a condicionantes decorrentes do carácter migratório das espécies, ficando também definidos os documentos comprovativos.

O Secretário Regional afirmou ainda que nesta proposta a compensação passa de um limite de 30 para 60 dias por ano considerando as disponibilidades orçamentais e que definia o princípio da subsidiariedade e de acumulação com outras ajudas de diferente finalidade, estabelecendo, nestes casos o limite de 1,5 vezes a retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores.

O Membro do Governo declarou também que tinham sido feitas alterações no Conselho Administrativo, ficando composto pelo Diretor Regional das Pescas, que presidirá, representantes do departamento do Governo Regional em matéria de segurança social e emprego



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

(um cada), três representantes dos trabalhadores da pesca, mais um representante dos armadores e, por fim, um representante da Lotação.

Disse ainda que este regime passava a ser exclusivamente regional e que deixava de depender de transferências do Estado.

Finalmente referiu que tinham sido auscultadas todas as associações de pesca dos Açores, que aceitaram praticamente todas as alterações, com exceção da “Porto de Abrigo” que não se manifestou.

O Deputado Nuno Melo Alves, referindo-se ao conselho administrativo, começou por afirmar que a sua composição mantém o equilíbrio entre entidades decisoras públicas e os representantes dos beneficiários. Referiu que a proposta do BE propunha uma redução da entidade governativa. Quis saber o Deputado qual a opinião do Membro do Governo sobre a relevância da inserção de um representante da Universidade dos Açores e se não achava útil que a maioria neste órgão estivesse do lado dos pescadores e armadores, tendo a ver com a responsabilização dos próprios num mecanismo que funciona a seu favor, já que o risco de abuso era reduzido e a decisão de acionar este mecanismo deixava de ser uma decisão política e passava a ser uma decisão de necessidade. O Governo, prosseguiu o Deputado, deixava de ser a entidade decisor e passava essa responsabilidade para as entidades beneficiárias. “Trata-se de despolitizar o acionamento do Fundopesca. Ao ficarem eles responsáveis, utilizam nos seus critérios e esgotam-no à sua responsabilidade”, concluiu o Deputado Nuno Melo Alves.

Respondendo às questões suscitadas o Governante afirmou que o Conselho Administrativo tinha toda a liberdade para consultar outras entidades para fundamentar as suas decisões, não lhe parecendo ser fundamental a inclusão da Universidade dos Açores.

No que se referia à composição do Conselho Administrativo contrapôs afirmando não haver desequilíbrio, referindo também que apesar do número de conselheiros ser par o presidente tinha voto de qualidade. O Membro do Governo declarou que com este diploma estavam reunidas as condições para que nessa sede pudessem ser debatidas as oportunidades de acionamento do fundo desde que as condições fossem satisfeitas. Asseverou ainda a esse propósito que os representantes dos pescadores eram, de facto, os beneficiários mas não eram os que tinham o ónus do maior contributo financeiro. “Não nos parece que haja condicionamentos ao acionamento do Fundo”, concluiu o Secretário Regional.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado Jorge Macedo começou por afirmar que registava a maior abrangência que este diploma conferia, preocupação que tinha vindo a ser demonstrada pelos vários partidos políticos, tal como aconteceu com a questão da subsidiariedade.

Referiu ainda que esta evolução tinha sido muita lenta, pela grande resistência por parte do Governo dos Açores nesta questão da desgovernamentalização do Fundopesca, pois mantinha-se o voto de qualidade de um dos elementos ligados ao Governo. Afiançou o Deputado que a Lotaçor poderia perfeitamente ser considerada um elemento consultivo e não como “braço armado” do Governo. “Acresce a esta tentativa de governamentalização a discricionariedade. Os regulamentos deviam ser sempre objeto de aprovação pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Esta discricionariedade ligada à existência de 4 elementos ligados ao Governo compromete a desgovernamentalização. O PSD também concorda com a inclusão com um elemento do Departamento de Oceanografia e Pescas, sendo certo que este elemento poderia facilitar a abordagem do ponto de vista da preservação dos recursos”, concluiu o Deputado Jorge Macedo.

Em resposta o Secretário Regional começou por afirmar que já tinha respondido à questão da composição do Conselho Administrativo. Relativamente à presença da Lotaçor nesse órgão, o Membro do Governo afirmou que era esta a entidade que certificava as entregas em lota dos armadores e com tal tinha um papel preponderante no Conselho Administrativo. “Não me parece que haja excessiva governamentalização do Fundopesca e isso é comprovado pelo histórico do seu acionamento”, concluiu o Governante.

O Deputado José Ávila começou por felicitar o Secretário Regional dos Recursos Naturais por ter trazido este diploma tal como havia prometido, um documento que lhe parecia muito mais justo, mais flexível e mais equilibrado. Referiu ainda que este diploma tinha recebido da parte de todos os envolvidos nesta área um parecer francamente favorável o que denotava que este documento vem melhorar a estratégia do Governo dos Açores nomeadamente na sua abrangência. Considerou como positivas estas alterações, nomeadamente a questão deste fundo ser acumulável com outros tipos de apoio, também a importância que vai ter para os pescadores passar de 30 para 60 dias o limite deste apoio, o aumento de competências do Conselho Administrativo, nomeadamente na definição dos critérios de atribuição do Fundopesca. Por outro lado, referiu ainda, a alteração na composição do Conselho Administrativo diminuía o peso do Governo, muito embora entendesse que estas decisões eram políticas e o Governo estava em funções para decidir, para o bem e para o mal. Entendia também que a inclusão de outras categorias era positiva.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Relativamente à ausência da Universidade dos Açores naquele órgão, o Deputado afirmou que o Conselho Administrativo teria todos os poderes para solicitar pareceres em qualquer situação, quer àquela instituição quer a outras entidades. Referiu ainda que toda esta alteração legislativa levava a um grande aumento dos apoios aos pescadores. Por fim perguntou ao Governante porque tinha desaparecido, no artigo referente às receitas do fundo, a possibilidade deste receber transferências do Estado.

O Secretário Regional respondeu dizendo que estas transferências nunca ocorreram desde que o Fundopesca entrou em vigor. Por outro lado, disse ainda o Governante, permitia que a Região se desvinculasse de tudo o que não era legislação regional no domínio do Fundopesca. “Permite maior liberdade legislativa”, completou o Membro do Governo.

A Deputada Zuraida Soares começou por dizer que diploma tinha demorado muito tempo a chegar, mesmo após a promessa feita em Fevereiro de que seria apresentado em breve. Depois lembrou que as alterações a nível da subsidiariedade constavam das 3 propostas de alteração do Fundopesca.

Referiu ainda que as alterações propostas pelo BE tinham um objetivo último que era por um ponto final na discricionariedade e na chantagem na atribuição do Fundopesca e este diploma não retirava a discricionariedade e a governamentalização.

Depois confrontou Secretário Regional que tinha dito que todas as entidades consultadas tinham concordado, mas que só tinha dois pareceres, o da CGTP e do Sindicato dos Pescadores, perguntando onde estavam os outros os pareceres. Quis saber também quantas vezes o Fundopesca podia, afinal, ser acionado durante o ano. De seguida perguntou porque razão o valor previsto no artigo 6.º não correspondia a 1,5 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região referido no artigo seguinte.

Relativamente ao artigo 8º, afirmou que o Conselho Administrativo era livre de consultar a segurança social ou o emprego e por isso continuava a não perceber o que lá estavam a fazer os representantes da segurança social e do Emprego. “Fica muito bonito mas não deve acontecer a existência de um número par, um empate técnico entre os representantes do Governo e os representantes dos armadores e dos pescadores” disse ainda a Deputada.

Relativamente às competências do Conselho Administrativo afirmou que quando se dizia que era da sua responsabilidade definir os requisitos a preencher pelos beneficiários do fundo, via novamente a discricionariedade, tudo isto estava posto na mão da discricionariedade do



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Governo, com o voto de qualidade. “O Secretário Regional está a dizer que quem paga manda e esse não é o nosso ponto de vista”, completou a Deputada.

O Secretário Regional começou por admitir a demora e que isso se tinha devido à necessidade, de ouvir um conjunto de número de entidades. Referiu que, por esse facto, os pescadores não tinham ficado mais desprotegidos por estarmos a atravessar uma época de Verão em que habitualmente não era necessária a ativação deste diploma.

Depois afirmou que a intenção era não haver discricionariedade ou chantagem e que achava que os profissionais da pesca estavam devidamente representados no Conselho Administrativo.

“As regras estarão claras no documento que o Conselho de Administração irá emitir relativamente aos critérios de aplicação do FP, será esse o documento que irá reger a aplicação do FP. Este FP não é obrigatório que seja aplicado sempre da mesma forma em todos os portos, em todas as ilhas. Permite que seja acionado consoante as condições ocorrerem com maior ou menor gravidade. Relativamente à questão das vezes que pode ser acionado, a mínima é nenhuma e a máxima é até 60 dias por ano. No que respeita ao valor, é o somatório do Fundopesca com outros subsídios que não pode ultrapassar 1,5 vezes da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região”, referiu o Governante.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco César, afirmou que os pareceres que o Secretário Regional tinha referido eram pareceres dados ao Governo dos Açores. “À Comissão apenas foram dados dois pareceres: o do Sindicato das Pescas, com parecer favorável com algumas reticências e o parecer favorável da CGTP”, esclareceu o Presidente da Comissão.

O Deputado Jorge Macedo começou por referir que o número 1 do Art.º 6.º apontava para 1/30 da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região. No número 2 do mesmo artigo é dito que o pagamento era limitado a 60 dias por ano de retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região. Concluiu que a Deputada Zuraída Soares tinha referido que estas contas não batiam certo com a subsidiariedade e a acumulação.

A Deputada Zuraída Soares quis saber, por sua vez, quantas vezes por ano é que o Fundopesca podia ser acionado. Depois referiu que o montante tinha que corresponder ao máximo de 60 dias por ano mas havia a incongruência do art.º 7.º.

“O número 2 do art.º 6.º refere que o pagamento da compensação salarial fica limitado aos 60 dias às disponibilidades orçamentais do Fundopesca. Quando o Fundopesca não tiver disponibilidade orçamental o que acontece?”.





O Deputado José Ávila disse que este diploma, mesmo assim, era muito melhor que o diploma que o BE tinha apresentado e que só tinham sido recebidos dois pareceres na Comissão de Economia mas que existiam várias declarações públicas em que os intervenientes davam o seu apoio a esta proposta. “Uma excessiva regulamentação pode retirar flexibilidade à aplicação do diploma nas diversas ilhas. Estamos aqui a discutir a questão da redução do apoio na cumulação dos apoios mas estamos a falar de um salário e meio, o que é muito melhor que o que falávamos em Abril”, afirmou ainda.

A finalizar o Deputado quis saber se o Secretário concordava que uma excessiva regulamentação poderia criar dificuldades na aplicação do diploma.

O Secretário, respondendo ao Deputado Jorge Macedo e à Deputada Zuraída Soares afirmou que montante a atribuir era definido cada vez que o Fundopesca era ativado. Esclareceu que somatório da cumulação não podia ultrapassar as 1,5 vezes a retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região e que havendo necessidade de ajustar o valor seria a parcela proveniente do Fundopesca. Disse ainda que este podia ser aplicado o número de vezes que fosse necessário.

Em resposta ao Deputado José Ávila afirmou que houve a intenção de remeter para as competências do Conselho Administrativo a elaboração do regulamento da aplicação do Fundopesca, permitindo de uma forma mais célere fazer as adaptações que forem necessárias.

O Deputado Francisco César, afirmou que a oposição é genericamente favorável a esta proposta de diploma, apenas a crítica por não definir um número de critérios suficientes que a satisfaça. “Verdade seja dita que os pareceres que recebemos são favoráveis. O PS e o Governo dos Açores não concordam com as críticas dado que acreditam que é necessária a flexibilidade de aplicação. No diploma do BE, por exemplo, eram aprofundados critérios de atribuição do fundo o que fazia com que alguns pescadores saíssem prejudicados”, afirmou.

Referiu ainda que a oposição achava que não deve haver governamentalização, mas que o PS achava que devia haver porque o Governo foi legitimado para decidir. O financiamento deste mecanismo é sobretudo dinheiro dos contribuintes e por isso deve ser, como órgão legítimo, o executivo a ter a última palavra sobre a sua utilização, obviamente tendo em conta a palavra dos representantes do sector.

Numa réplica a uma intervenção anterior disse que todos os diplomas estavam sujeitos à disponibilidade orçamental.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Referiu que havia alteração ao nível do montante da compensação e que era estabelecido o tempo máximo de atribuição do Fundopesca. Por fim, perguntou ao Governante qual a razão da redução de 9 para 8 dias a partir do qual a compensação era devida.

O Governante afirmou que para acionar o Fundopesca era fundamental ter capacidade financeira para o poder fazer, sendo esta uma situação normal. De seguida enfatizou que o articulado da maneira que estava permitia fazer uma melhor gestão. No que se referia à redução de 9 para 8 dias a partir do qual a compensação era devida o Secretário afirmou que se tratava de mais uma medida que beneficiava os profissionais da pesca.

**A Comissão Permanente de Economia decidiu, por maioria, dar parecer favorável ao presente Decreto Legislativo Regional, com os votos a favor do PS e abstenções com reserva de posição para plenário do PSD, CDS-PP e BE.**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente

Francisco Vale César



**CGTP-IN/AÇORES**

**Apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional N. 19/X –  
“Estabelece o Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial  
dos Profissionais da Pesca dos Açores-Fundopesca”**

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação tem parecer favorável da CGTP-IN/Açores.

Ponta Delgada, 20 de Agosto de 2013

A Comissão Coordenadora da CGTP-IN-Açores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>2644</u>	Proc. n.º <u>102</u>
Data: <u>01/08/21</u>	N.º <u>19/X</u>



**Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e  
Profissionais Afins dos Açores**

Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores  
Comissão Permanente de Economia  
Rua Marcelino Lima  
9901 – 858 Horta

V/Ref.:

V/Data:

N/Ref.: RP 30/ 2013 N/Data: 12/08/2013

**Assunto: Parecer sobre Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/X -  
Fundopesca**

À exceção de alguns artigos desta proposta de Decreto Legislativo Regional os quais referimo-nos abaixo, o Sindicato Livre dos Pescadores dos Açores dá um parecer parcialmente positivo à mesma proposta, não esquecendo que algumas das nossas reivindicações foram finalmente satisfeitas.

Relativamente ao montante do subsídio e seus critérios de atribuição, pensamos que deve ser equivalente ao Salário Mínimo Regional, banindo todas as limitações aos candidatos beneficiários do Rendimento Social de Inserção ou Subsídio de Doença. Há que reconhecer, que o Fundopesca é atribuído aos profissionais da pesca impedidos de exercer a profissão no mar, devido às condições climatéricas, não tendo nada a ver com outras prestações sociais. E tendo em conta, que todos descontam para o fundo 0,5% do valor do pescado.

Referentemente, à composição do Conselho Administrativo, é visível neste projeto de alteração, um excesso de membros de entidades oficiais e lembramos também que os Sindicatos é que são os legítimos representantes dos trabalhadores da pesca, e não as associações da pesca o que não acontece atualmente no Conselho.

Em suma, acreditamos num fundo de compensação salarial para os pescadores mais abrangente e mais justo, no qual se torne possível com a nova legislação mais pescadores contemplados e menos excluídos

Sem mais nenhum assunto de momento, despedimo-nos com apreço e consideração

Pelo Sindicato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2594
Proc. n.º	102
Data:	013/08/14 N.º 19/X